INFORMAÇÃO DO PREGOEIRO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se do Pregão Eletrônico Nº 045/2023 – Processo Administrativo (SIGADOC) Nº SES-PRO-2022/49114, cujo *Objeto consiste no "Registro de Preços por Item, para Futura e Eventual Aquisições e Fornecimento de Medicamentos Oriundos de Demanda Judicial, para Atendimento de Pacientes Portadores de Patologias Agressivas e de Rápida Evolução"*.

DO RECURSO

1. Síntese das Razões do Recurso

A empresa CM HOSPITALAR S/A, inscrita no CNPJ sob. nº 12.420.164/0001-57, interpôs RECURSO ADMINISTRATIVO, em face da decisão que determinou sua desclassificação do Pregão Eletrônico n.º 45/2023 pelos motivos abaixo expostos.

Argumenta a Recorrente que a decisão de desclassificação proferida pelo Pregoeiro foi equivocada, já que apresentou a proposta dentro dos conformes estabelecidos, não infringindo nenhum ditame licitatório.

Alega, ainda, que o valor ofertado está justificado já que o medicamento Ocrelizumabe, até o momento, não foi incluso no Decreto nº 3.803, de 24 de abril de 2021. Assim, não estaria o valor acima da tabela CMED, mas sim suspenso por liminar arguida pela farmacêutica Roche.

A Recorrente salienta que os Convênios 97/21 e 158/21 alteraram o Convênio 87/02, trazendo consigo a inclusão do Ocrelizumabe (Ocrevus®), porém, após a inclusão do medicamento, a Empresa Roche entrou com pedido de suspensão da venda pelo valor trazido por tal convênio.

Dessa forma, alega, a Recorrente, que em nenhum momento teve a intenção de apresentar proposta acima do valor da CMED, apenas seguiu a Ofício Expedido pela Farmacêutica (Anexo).

Por fim, pugnou pelo provimento do recurso e, conseqüentemente, a anulação da desclassificação no Pregão supramencionado.

2. DA MANIFESTAÇÃO SOBRE O RECURSO

PRELIMINARES

Preliminarmente é necessário ressaltar que foram cumpridos os requisitos legais pelo Pregoeiro, na qual foram observadas as exigências legais, quanto à publicidade dos documentos pertinentes ao certame, foram disponibilizados no sistema para análise dos interessados.

Síntese Dos Fatos:

As 9:30horas do dia **14/07/2023**, conforme consignado na ATA, a sessão do pregão em epigrafe fora aberta no sistema Comprasnet, no horário previsto conforme estava agendado.

A Licitante em sua proposta havia ofertado para o **Item: 13:**

Produto: **OCREVUS** (OCRELIZUMABE) 300 MG/10ML F/A (G) – Solução Para Diluição Para Infusão, Marca: **Roche Oncologia 2** – RMS: 1010006660013 – Procedência: Importado - Embalagem – Frasco Com 10 ML, pelo **Valor Unitário de R\$ 31.530,29**.

Preço de Referência Unitário: R\$ 32.181,43

TABELA CMED = Preço de Fábrica – **PF 32.516,33;**

TABELA CMED = Preço Máximo de Venda ao Governo-**PMVG – R\$ 25.515,56;**

Desta forma:

O Preço ofertado de **R\$ 31.530,29**, se considerar **"Sem desoneração"** está abaixo do valor de Referência e abaixo do valor CMED, que é **PF 32.516,33**.

O Preço ofertado de **R\$ 31.530,29**, se considerar **"com desoneração"** está abaixo do valor de Referência, porém está ACIMA do valor CMED, que é **PMVG – R\$ 25.515,56**.

Anexos: Ofício da ROCHE/MAFRA 1847/1848, Proposta de Preço fls. 1849/1851, Tabela da CMED fls. 1852.

Este pregoeiro desclassificou da Proposta apresentada pela Recorrente, para o **item 13**, diante do fato que a:

"A Licitante não reduziu seu melhor lance da sessão, fora feito nova pesquisa de preço, assim, a qual ficou abaixo do valor estimado, porém acima da CMED".

Cancelamento de Item

Desclassificado a proposta para o item 13, pelo motivo acima, e considerando que era a única proposta válida, não restou outra alternativa a não ser a de cancelar o item.

Após declarado a proposta do item 13, "**cancelado no julgamento**" o sistema direcionou para a fase de recursos.

Fora concedido o prazo de **30** (trinta) minutos para manifestação imediata e motivada de intenção de recursos para o item em questão.

Após decorrido o prazo, constatou-se que a licitante CM HOSPITALAR, manifestou-se intenção de interpor recursos. **Vejam os:**

"Gostaríamos de registrar nossa intenção de recurso, pois não estamos de acordo com a nossa desclassificação".

Diante disso, fora concedido o prazo de **03** (três) dias uteis para a apresentação de recursos para o item em questão. Data limite para registro de recurso: 19/07/2023. Data limite para registro de contrarrazão: 24/07/2023. Data limite para registro de decisão do pregoeiro: 31/07/2023.

FUNDAMENTAÇÃO:

Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006 - Coeficiente de Adequação de Preços – CAP é um desconto mínimo obrigatório, atualizado anualmente, a ser aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos, constantes do rol divulgado pela CMED **e nas compras de todos os medicamentos por força de decisão judicial.**

Art. 1º

§ 1º O CAP, previsto na Resolução nº 2, de 5 de março de 2004, é um desconto mínimo obrigatório a ser aplicado sempre que forem realizadas vendas de medicamentos destinadas aos entes descritos no caput.

§ 2º A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica - PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo - PMVG.

§ 3º O CAP será aplicado sobre o PF.

Art. 3º O PMVG será calculado a partir da seguinte fórmula:

PMVG = PF * (1- CAP), onde:

PMVG = PREÇO Máximo de Venda ao Governo

PF = Preço Fábrica

CAP = Coeficiente de Adequação de Preço

CONCLUSÃO

O objetivo primordial de licitações é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mas é primordial que o **menor preço**, se dê, de fato e de direito.

Ressalta-se que o pregoeiro na condução do certame também deve orientar-se pelo edital e pela legislação pertinente.

O Pregoeiro analisando as razões, fundamenta o seu posicionamento, referente ao recurso em questão, e passa a proferir sua posição:

- a) A **Recorrente** manifestou a intenção de interpor recurso de forma **tempestiva** na Plataforma do Compranet;
- b) Tempestivamente anexou as suas **Razões** sobre o recurso de Forma Escrita;
- c) A Recorrente não aplicou o CAP no preço de fábrica, conforme previsto para nas compras de todos os medicamentos por força de decisão judicial.

Ante o exposto, recebo e conheço o Recurso Administrativo, porém **NEGO-LHE** provimento, "não reconsiderar a decisão".

Devido à complexidade do assunto o pregoeiro **resolve**:

- a) **MANTER** a decisão exarada em Sessão do Pregão ocorrida em 14/07/2023, que fora no sentido de desclassificar a proposta da requerente conforme descrito na "**Síntese dos Fatos**".
- b) **MANTER** os demais atos exarados nas sessões do referido pregão.

Desta forma, encaminha-se o recurso da empresa **CM HOSPITALAR S/A, fls.1845** do processo.

Nos termos do item **14.2**, do edital deste certame, este pregoeiro **submete-se**, o feito a autoridade superior, a quem caberá decidir quanto à adjudicação do objeto licitado e a homologação do resultado.

O Processo segue instruído com a manifestação do pregoeiro para o julgamento do **MERITO**, e posterior e decisão final, que poderá "**Rever ou Ratificar**" os atos do Pregoeiro.

Para tanto sugerimos encaminhá-lo ao Jurídico para análise, apreciação e manifestação jurídica.

As opiniões e inferências contidas no presente estão respaldadas pelas disposições contidas no Edital deste certame, na legislação pertinente, e estão consignados na **ATA Complementar** Da sessão constante das fls. 1842/1844, e o Recurso fls.1845 do processo.

Cuiabá/MT, 25 de julho de 2023.

Nelson Augusto da Silva
Pregoeiro Oficial/SEPLAG/SES